



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2020

Aprovado em reunião do Conselho de Administração de 2021-03-23

PRESIDENTE: HENRIQUE FREIRE LEAL

TESOUREIRO: MARIA TERESA ESTEVES NUNES PIRES

SECRETÁRIO: CARLOS ALBERTO ANTUNES MILHARADAS



INTRODUÇÃO

Cumprindo o Regulamento da Cooperativa, o Conselho de Administração submete o presente Relatório de Atividades e Contas a parecer do Conselho Fiscal e a aprovação da Assembleia-geral de 12 de abril 2021.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COOPERATIVA

1.1 FUNCIONAMENTO INTERNO

O Conselho de Administração assegurou o regular funcionamento da Cooperativa e o cumprimento da legislação aplicável ao funcionamento do Polo Comunitário e das Respostas Sociais em atividade.

1.2 PARCERIAS E VOLUNTARIADO

A Instituição participou na Comissão Social Local. Estiveram suspensas as parcerias com Academia Sénior (atividade Yoga) e Nuclisol – Jean Piaget devido a Covid-19. Assinalamos o trabalho de 4 Cooperadores e 3 Voluntários não Cooperadores no apoio ao Bar, Auditoria Interna ao Serviço de Refeições, Jardinagem e apoio a clientes.

1.3 DEVOLUÇÃO DA ENTRADA PECUNIÁRIA A COOPERADORES

Foi efetuado o reembolso da Entrada Pecuniária de Artur Lemos de Azevedo no valor de 15 000 €. A Conta Específica para este efeito tem um saldo positivo de 34 501,09 €, que será revisto após apuramento dos resultados do ano. Em 31 de dezembro existiam 27 cooperadores titulares de Entrada Pecuniária correspondente a 405 000 €. Este valor representa 44,63 % das Entradas Pecuniárias subscritas sem juros por 50 cooperadores (907 462,21 €).

1.4 CONTA SOLIDARIEDADE

Esta Conta regista um saldo positivo de 22 980,51 €, transitado de 2019, e não foi movimentada em 2020.

1.5 DONATIVOS DE COOPERADORES

As cooperadoras Maria Regina Novais e Rita Freire de Novais Azevedo doaram 15 000 € à Instituição com a finalidade de serem aplicados num projeto de produção de energia fotovoltaica para autoconsumo. Com este donativo, Maria Regina e Rita Azevedo relevaram o querer de Artur Lemos de Azevedo, respetivamente seu Marido e Pai falecido em 2020-05-09, na execução dessa obra para melhoria da eficiência energética no Polo Comunitário.

1.6 APOIOS FINANCEIROS ATRIBUÍDOS À COOPERATIVA NO ÂMBITO DE PROGRAMAS PÚBLICOS

1. RMAIS - REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

No âmbito da candidatura a este programa, a Câmara de Loures atribuiu à Cooperativa uma comparticipação de 73 454,50 € para apoio a investimentos realizados em 2019 na substituição dos focinhos das platibandas, na construção de instalações no terraço e em remodelações para adaptação a novas atividades.

2. PROGRAMA ADAPTAR SOCIAL +

No âmbito deste Programa lançado pelo ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, foi atribuído à Cooperativa um apoio financeiro de 7 962,90 € para comparticipação dos custos efetuados com medidas preventivas de contágio da Covid-19, nomeadamente, aquisição de equipamentos de proteção individual, aquisição de equipamentos que permitam detetar precocemente sinais de Covid-19, e adaptação de locais e lay-out de espaços.

1.7 OUTROS DONATIVOS E SUBSÍDIOS PÚBLICOS

Realçamos os apoios da Câmara de Loures ao regular funcionamento do Polo. No período de 26 de março a 31 de dezembro de 2020, o investimento municipal para apoio à Instituição foi no valor total de 26.806,66 €: apoio financeiro extraordinário às respostas sociais formais 1.250,00 €; apoio financeiro extraordinário para comparticipação nas despesas correntes 1.275,00 €; bens alimentares 16.803,47 €; equipamentos de proteção individual 7.478,19 €. Assim como o apoio do Agrupamento de Freguesias de Bobadela, São João da Talha e Santa Iria de Azóia em equipamentos diversos (camas de campanha e termómetros infravermelho).

1.8 CANDIDATURA AO PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS - 3ª GERAÇÃO (PARES 3.0)

Apresentou-se uma candidatura de apoio ao financiamento da obra de impermeabilização do terraço orçada em 85 380,45 €, incluindo IVA, no âmbito da Tipologia 2 do Programa. Tendo em conta as condições elegíveis, a candidatura teve o limite de financiamento de 45 607,00 €, sujeito a aprovação pelos serviços competentes do ministério do Trabalho, Segurança e Solidariedade Social. Aguarda-se a decisão.



1.9 CANDIDATURA À MEDIDA DE APOIO AO REFORÇO DE EMERGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE - MAREESS

Durante o último trimestre, apresentaram-se candidaturas no Centro de Emprego local a esta medida de apoio à realização de trabalho para assegurar a capacidade de resposta na ERPI. Estas candidaturas tiveram por origem a redução no efetivo de pessoal, devido a baixas provocadas por doenças diversas ou Covid-19. Envolveu 2 trabalhadores. Em 31 de dezembro existiam 2 trabalhadores integrados nesta medida.

1.10 ELEMENTOS PARA PREPARAÇÃO DE CANDIDATURA AO PROGRAMA DE APOIO A EDIFÍCIOS MAIS SUSTENTÁVEIS

No Plano de Atividades e Orçamento 2021 incluiu-se um projeto de produção de energia fotovoltaico para autoconsumo, com um orçamento de 63 058,25 € (IVA incluído). Com o lançamento do Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis pelo ministério do Ambiente e Ação Climática, organizou-se um processo para apresentação de uma candidatura de apoio ao financiamento previsto na instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia renovável. Até à data, a regulamentação do Programa apenas abrange habitações, não incluiu edifícios de serviços.

1.11 CONTRATO DE CRÉDITO NO ÂMBITO DA LINHA DE APOIO AO SETOR SOCIAL COVID-19

Em 29 de dezembro, a Administração da Cooperativa decidiu assinar um empréstimo de 95 000 € com o Montepio, a 72 meses, com um juro final correspondente a 4 577 €. Por impedimento de reunir a assembleia-geral e exigência de formalizar o crédito até 31 de dezembro, o Conselho de Administração solicitou parecer ao Conselho Fiscal, que validou a decisão, a ser submetida a aprovação na próxima assembleia-geral, conforme Regulamento da Cooperativa. A Linha de Apoio ao Setor Social Covid-19 é promovida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Visa apoiar as entidades da Economia Social no contexto socioeconómico extraordinário gerado pela COVID-19. Cobre necessidades de liquidez, existentes ou que se perspetivem vir a ocorrer, quer para assegurar a atividade regular das instituições, como o lançamento de investimentos que proporcionem a melhoria da sua sustentabilidade.

1.12 OUTROS APOIOS OBTIDOS PARA SALVAGUARDAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMPENSAR PERDA DE RECEITAS

1. APOIO PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA DA ERPI - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

No mês de dezembro, a Instituição requereu o apoio da Brigada de Intervenção Rápida numa situação de emergência por baixa de trabalhadores da ERPI infetados com a Covid-19. Esta medida lançada pelo ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social visa assegurar a capacidade de respostas das instituições face aos efeitos provocados pela Covid-19. Deste modo, foi possível reforçar o efetivo de pessoal com 5 ajudantes de ação direta, 1 trabalhador auxiliar e 1 enfermeiros, durante 3 semanas.

2. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL POR DOMICIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRO DE DIA

No âmbito do apoio na domiciliação de serviços Centro de Dia, cuja atividade nas instalações do Polo foi suspensa a partir de 13 de março, a Segurança Social assegura o pagamento das participações financeiras por referência ao número de utentes existentes em fevereiro de 2020, incluindo a dos que entretanto desistam.

1.13 CONDECORAÇÃO DA COOPERATIVA OS AMIGOS DE SEMPRE COM A MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO

Por deliberação da Câmara de Loures, foi decidido distinguir as Instituições Sociais do Município com a Medalha Municipal de Mérito, como reconhecimento do "(...) espírito altruísta com que as Instituições Sociais assumiram esta nobre missão de cariz social, dando uma resposta eficaz à situação epidemiológica que atualmente vivemos." Por este motivo, a Instituição esteve presente no dia 26 de julho nos Paços do Concelho, para receber essa distinção.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO POLO COMUNITÁRIO

No decurso do ano foram prosseguidos os seguintes propósitos da Instituição:

1. Satisfazer necessidades de apoio social e de cuidados de saúde dos clientes / utentes;
2. Satisfazer necessidades de melhoria de condições de trabalho e de vida dos trabalhadores;
3. Melhor continuamente a qualidade dos serviços prestados com sustentabilidade.



2.1 RESULTADO DA OCUPAÇÃO ANUAL DAS RESPOSTAS SOCIAIS E SUA EVOLUÇÃO

RESPOSTAS SOCIAIS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ERPI CAPACIDADE: 44 CLIENTES ATÉ ABRIL 2016, 46 CLIENTES DESDE MAIO 2016 E 50 DESDE JULHO 2019	26,75	34,50	38,10	41,40	43,20	44,67	45,75	46,35	46,92	48,17	48,66			
CENTRO DE DIA CAPACIDADE: 25 UTENTES	4,91	10,33	15,66	21,90	24,90	22,00	24,00	21,75	25,33	26,25	20,42			
APOIO DOMICILIÁRIO CAPACIDADE: 40 UTENTES	14,60	33,33	39,41	40,00	41,80	40,75	40,83	43,60	40,67	41,92	42,25			
TOTAL DE OCUPAÇÃO	46,26	78,16	93,17	103,3	109,9	107,4	110,6	111,7	112,9	116,3	111,3			

A ocupação das Respostas Sociais foi prejudicada por constrangimentos ocorridos em 2020:

1. Durante o primeiro trimestre a ERPI teve uma ocupação de 100 % (50 residentes). Registaram-se 7 óbitos desde abril, nenhum atribuído a Covid-19 pelas entidades competentes. Houve vagas não preenchidas por razões de segurança, situação agravada pelo surto no Polo a partir de 2 de dezembro, com 28 trabalhadores e 22 residentes infetados. Ao longo da atividade da ERPI há registo de 2 a 3 óbitos anuais.
2. No Centro de Dia a prestação de serviços no Polo foi suspensa em 13 de março, por determinação das entidades competentes. Desde essa data, a Instituição presta serviços no domicílio. Esta alteração não satisfaz necessidades de clientes que foram desistindo: em Fevereiro havia 25 com Acordo de Cooperação, em 31 dezembro 13.
3. No Serviço de Apoio Domiciliário não se registou alteração no número médio de clientes.

2.2 AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

2.2.1 PLANO DE APOIO SOCIAL E CUIDADOS DE SAÚDE AOS CLIENTES DAS RESPOSTAS SOCIAIS

1. Serviços prestados

O Polo prestou o apoio social e cuidados de saúde nas circunstâncias provocadas pela Covid-19. Efetuaram-se mudanças na organização de horários de trabalho e de serviços para prevenir a transmissão de infeções e delimitar a sua propagação. Elaborou-se um Plano de Contingências conforme disposições da Direção Geral de Saúde, visando regular a atividade do Polo e o processo de visitas na Estrutura Residencial para idosos.

Contudo, a partir de 2 de dezembro identificaram-se as primeiras pessoas com a Covid-19 na Instituição, através de testes realizados por serviços públicos. Durante o mês houve 28 trabalhadores e 22 residentes ERPI infetados. De imediato fez-se o isolamento desses residentes, a substituição de ajudantes de ação direta e trabalhadores auxiliares de serviços gerais através de programas de apoio e recrutamento em regime de subcontratação, e o reforço da aquisição de equipamento de proteção individual. No final do mês o surto estava circunscrito a 12 residentes.

Nas circunstâncias em que os serviços foram prestados, realçamos a força anímica e física, a determinação, o empenho e a competência dos trabalhadores do Polo Comunitário. Numa situação de exigência excecional cada um, nas suas funções e de acordo com as suas capacidades, contribuiu para assegurar o funcionamento não só possível, como necessário, dos serviços e a satisfação das necessidades de apoio e de cuidados dos clientes.

2. Processos de trabalho na relação com o cliente e de gestão da comunicação

Decorreu semestralmente a Avaliação Funcional do Cliente com resultados na atualização do Plano Individual. Prosseguiu a melhoria do processo informático de registo de apoios aos clientes nas atividades de vida diária e cuidados de saúde. Editou-se a Newsletter trimestral em suporte papel e informático para divulgação das atividades no Polo. Foi desenvolvida a atualização do site, permitindo uma comunicação online entre a equipa técnica e o familiar do cliente. Durante os períodos de suspensão de visitas foi assegurado o contato regular de residentes com familiares através dos sistemas existentes. No mês de dezembro emitiram-se comunicados por email com periodicidade inicial semanal e depois diária, a dar conhecimento da evolução do surto no Polo e medidas tomadas.

3. Organização da estrutura e funções de gestão dos serviços e das respostas sociais

Efetuu-se uma reestruturação da gestão para coordenação dos Serviços Gerais em regime de gestão direta.

2.2.2 ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

O cronograma das atividades de animação sociocultural incluía atividades físicas, cognitivas, comunicação, expressão plástica, socioculturais, recreativas e atividades espirituais. E a participação em atividades organizadas pela Câmara



de Loures, União de Freguesias e Rede Social. Todavia, 2020 foi um ano atípico a todos os níveis, pelo que a dinâmica participativa em ações na comunidade bem como a intervenção sociocultural e psicomotor no Polo Comunitário foram condicionadas ao contexto vivido. A intervenção teve que ser adaptada às limitações em contexto pandémico procurando responder às necessidades institucionais e interesses dos clientes e trabalhadores, tendo sido realizados 43 eventos e as celebrações de aniversário dos residentes ERPI. Houve atividades previstas canceladas.

2.2.3 ATIVIDADES DE GESTÃO DA QUALIDADE

1. Compromisso com a Igualdade

Os procedimentos de administração e gestão do Polo têm o propósito de cumprir a legislação sobre Código de Conduta de trabalhadores e dirigentes, não discriminação na admissão de trabalhadores, e de clientes / utentes.

2. Medidas de transparência

O Conselho de Administração elabora o Relatório e Contas do exercício, com o apoio do Gabinete de Contabilidade e avaliação do técnico oficial de contas, submetido a parecer do Conselho Fiscal e aprovação em Assembleia-geral, e depois enviado para o Instituto de Segurança Social e a CASES, com publicitação no site da Instituição.

3. Medidas de responsabilidade ambiental

Realizou-se 1 auditoria à qualidade do ar interior para salvaguardar o conforto e a saúde dos ocupantes do Polo. Foi realizada a recolha e tratamento de gorduras e dos óleos de fritura da cozinha e a seleção e recolha de resíduos sólidos urbanos. Está em curso um estudo para a produção de energia a partir de painéis fotovoltaicos.

4. Avaliação da satisfação dos clientes

No inquérito de satisfação dos clientes evidenciam-se os seguintes resultados, analisados pela Diretora e discutidos com os trabalhadores, para fomentar sugestões de melhoria de serviços:

- Estrutura Residencial para Idosos: 100 % satisfeitos. O objetivo era atingir 85 %;
- Centro de Dia: 78 % satisfeitos. O objetivo era atingir 85 %;
- Serviço de Apoio Domiciliário: 100 % satisfeitos. O objetivo era atingir 85 %.

5. Avaliação da satisfação dos trabalhadores

A Instituição realizou também um inquérito de satisfação dos trabalhadores. O grau de satisfação foi 60 %: o objetivo era 80 %. Os resultados foram analisados pela Diretora visando dar resposta às principais insatisfações identificadas.

6. Auditoria às condições de segurança, higiene e saúde no trabalho

Na auditoria às condições de segurança, higiene e saúde no trabalho identificaram-se não conformidades tendo sido tomado medidas para as corrigir (nível de iluminação excessiva em diferentes atividades e percentagens de ambientes térmicos acima dos recomendáveis;

7. Avaliação da satisfação dos fornecedores

A Instituição realizou ainda um inquérito de satisfação aos fornecedores. O grau de satisfação obtido foi 100 %.

8. Avaliação dos fornecedores

Efetuiu-se a avaliação anual dos fornecedores de serviços, com a finalidade de ponderar a qualidade do trabalho prestado e tomar decisão sobre denúncia de contrato no termo do prazo vigente, na eventualidade de serviço continuamente não conforme.

9. Envolvimento e participação das partes interessadas no funcionamento do Polo

Devido aos condicionamentos gerados pela Covid-19, não se realizou a reunião anual com familiares e clientes para recolher sugestões de melhoria.

Realizaram-se reuniões mensais das coordenadoras das respostas sociais com os trabalhadores para diagnóstico de dificuldades na prestação dos serviços e medidas a tomar com o fim de melhorar a satisfação das necessidades dos clientes.



2.2.4 ATIVIDADES DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIO

A Instituição está obrigada às seguintes Medidas de Autoproteção, que a Diretora assegura: simulacro, ações de sensibilização e de formação, plano de prevenção, plano de emergência interno e registos de segurança.

1. Simulacro às condições de segurança contra incêndio e catástrofes naturais

Não se realizou-se o simulacro anual devido aos constrangimentos da Covid 19.

2. Ações de sensibilização e de formação

Decorreu a formação de Primeiros Socorros para melhorar as competências dos trabalhadores na assistência aos clientes em caso de doença súbita ou acidente. Realizou-se uma formação sobre 1ª Intervenção, visando melhorar as competências no combate contra incêndios, incluindo a utilização de extintores.

3. Plano de prevenção e plano de emergência interno

Estes planos contidos no PEI 01 Plano de Emergência Interno, estão atualizados sob supervisão do Delegado de Segurança. Definem procedimentos, responsabilidades e meios para assegurar uma resposta adequada na ocorrência de incidentes, de modo a minimizar os seus efeitos na saúde, ambiente e bens das pessoas e Instituição.

4. Registos de segurança

Os registos de segurança estão contidos no Caderno de Registos de Segurança, mantido atualizado.

5. Inspeção à manutenção das condições de segurança contra incêndio

A próxima inspeção deverá ser requerida em 2021.

2.2.5 ATIVIDADES INTERNAS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

A Instituição promove a segurança, higiene e saúde no trabalho de forma a diminuir os acidentes de trabalho e as doenças profissionais dos trabalhadores, assegurando:

1. Consulta aos colaboradores sobre segurança, higiene e saúde no trabalho

Com base nesta consulta foi elaborado um Relatório contendo um plano de melhoria das condições de trabalho.

2. Informação aos trabalhadores sobre os riscos profissionais nas suas atividades

Realizaram-se reuniões mensais, nomeadamente para informar sobre os riscos profissionais nas atividades e respetivas medidas de prevenção.

3. Promoção da saúde e prevenção de doenças dos trabalhadores

Realizaram-se ações de promoção de saúde e de prevenção de doenças, contribuindo para a adequação de comportamentos profissionais e pessoais dos trabalhadores.

2.2.6 ATIVIDADES EXTERNAS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

1. Auditoria externa anual

Uma empresa autorizada pela entidade competente assegura as atividades principais de segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente uma auditoria anual.

2. Avaliação e prevenção de riscos profissionais

No cumprimento da legislação, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

a) Medicina no trabalho

Realizaram-se os exames clínicos anuais de modo a aferir as condições de saúde dos trabalhadores para o exercício das suas funções.

b) Auditoria às condições de segurança, higiene e saúde no trabalho

O Relatório de Auditoria identificou não conformidades, conforme já referido no número 7 do ponto 2.2.3 Atividade de Gestão da Qualidade.

2.2.7 PLANO DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

Realizaram-se 8 ações de formação em que participaram 36 trabalhadores, no total de 247,30 horas (6,87 horas por trabalhador). O número de trabalhadores que beneficiou da formação (36) relativamente ao efetivo médio do Polo em 2019 (40) foi de 90,00 %.



2.2.8 ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO EDIFÍCIO E DE INSTALAÇÕES TÉCNICAS

Assegurou-se a realização das intervenções descritas em IMP01.MAN05 Plano de Manutenção do Edifício e de Instalações Técnicas, bem como as ações de reparações por avaria em instalações, sistemas e equipamentos.

2.2.9 PLANO DE ORGANIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS

1. Gestão do modelo de receitas

O modelo de receitas na Instituição caracterizou-se pela proveniência seguinte:

- Mensalidade dos clientes da Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e participações dos utentes ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário com Acordos de Cooperação, correspondente a 71,35 % das receitas totais
- Participações da Segurança Social pelos utentes abrangidos por Acordo de Cooperação, correspondente a 22,73 % das receitas totais
- Reembolso de 50 % do IVA relativos a fornecimento de refeições e investimentos em obras de remodelação de instalações, correspondentes a 1,37 % das receitas totais
- Doações de particulares, correspondentes a 1,87 % das receitas totais. Outras receitas, 1,37 %

2. Gestão da estrutura de custos

Na estrutura de custos, verifica-se o peso relativo dos gastos com fornecedores e serviços de terceiros, e em especial com pessoal, no total dos custos de funcionamento do Polo Comunitário, conforme se evidencia a seguir:

- Custos das mercadorias e matérias-primas consumidas (cozinha) – representaram 12,23 % dos custos totais;
- Fornecedores e serviços de terceiros - representaram 35,41 % dos custos totais;
- Encargos com pessoal – representaram 47,27 % dos custos totais;
- Gastos de depreciação e de amortização – representaram 5,05 % dos custos totais;
- Outros gastos e perdas – sem significado

3. Resultados de gestão dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social

O Acordo de Cooperação com os 11 utentes da ERPI cujas vagas são preenchidas pela Segurança Social provocou um resultado negativo de 53 514 €. Nos 5 cujas vagas são preenchidas pela Instituição o resultado negativo foi 4 546 €. No Centro de Dia verificou-se um resultado negativo de 6 293 €. E foi positivo no Apoio Domiciliário 22 455 €.

4. Reforço de receitas para responder ao agravamento de custos através da valorização dos serviços prestados

O agravamento de dependência de clientes gera o aumento dos encargos com a prestação de mais apoio social e cuidados de saúde. Deste modo, o Conselho de Administração decidiu a estratégia de evolução do preçário na Estrutura Residencial para Idosos seguinte:

- Atualizar o Preçário ERPI nas admissões a partir de janeiro 2021 tendo em conta o agravamento de custos na prestação de apoio social e de cuidados de saúde, em conformidade com o Regulamento da Cooperativa.
- Aumentar as mensalidades dos residentes em ERPI até 31 de dezembro 2020, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021, tendo em conta o acréscimo do custo médio de funcionamento, em conformidade com o Regulamento da Cooperativa.
- Aumentar a participação familiar dos clientes ERPI com Acordo de Cooperação cuja admissão é efetuada pela Instituição, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021, tendo em conta o custo médio de funcionamento e o somatório da participação familiar e a da Segurança Social, de acordo com o Regulamento da Cooperativa.

2.2.10 PLANO DE INVESTIMENTOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS

1. Melhorar a sustentabilidade do Polo através da redução de custos com fornecedores, garantindo a qualidade

Realizaram-se medidas para melhorar de imediato a eficiência do funcionamento do Polo Comunitário. Das iniciativas executadas e em curso destacamos as seguintes:

- Reduzir o custo de Serviços Gerais através da substituição da subcontratação por gestão direta.
- Substituir a empresa que presta serviços de Técnico Responsável de Exploração e de manutenção da instalação elétrica e do sistema ITED (telecomunicações) para otimizar a gestão da energia através do aconselhamento especializado à Diretora do Polo.
- Verificar a instalação elétrica, a produção de águas quentes sanitárias e a climatização por termografia.



d) Instalar equipamentos que permitam gerir o consumo de energia (termostatos, relógios programadores, reguladores de intensidade de luz, interruptores...).

e) Promover a adequada manutenção do isolamento de portas e janelas exteriores do edifício.

Decorrem diligências visando promover a eficiência energética no Polo através da produção de energia fotovoltaica para autoconsumo, de modo a reduzir a fatura anual de eletricidade em cerca de 13 000 €, com efeitos na redução de emissão anual de \pm 40 toneladas de CO₂.

2. Melhorar a sustentabilidade do Polo através do aumento da capacidade da ERPI e prestação de novos serviços

Das medidas realizadas destacamos as seguintes:

a) Aumentar as receitas líquidas através do aumento da capacidade de ocupação da ERPI de 50 para 58 clientes.

Após debate interno e aprovação em Assembleia-geral de junho 2020, foi solicitado uma reunião ao Instituto de Segurança Social (ISS) para análise técnica e normativa da proposta de aumento da capacidade de ocupação de 50 para 58 residentes. Esta reunião veio a realizar-se em 9 de setembro, depois de se ter requerido a reprogramação física do Pares I. Decorrente dessa reunião com um arquiteto do ISS, o Gabinete de Arquitetura elaborou os desenhos do projeto de remodelação de instalações, a serem entregues para decisão do ISS.

b) Aumentar a receita através da prestação regular de serviços de estimulação multissensorial na Estrutura Residencial para Idosos.

2.2.11 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, CONTABILÍSTICAS E FINANCEIRAS

1. Contabilidade, fiscalidade e tesouraria

Enviou-se o Relatório de Atividades e Contas 2019, o parecer do Conselho Fiscal e a ata da Assembleia-geral que os aprovaram, para a Cooperativa António Sérgio de Economia Social e o Instituto de Segurança Social.

O Relatório foi publicitado no "sítio" da Instituição.

2. Gestão administrativa de recursos humanos

Como consequência do aumento do salário mínimo nacional efetuou-se em janeiro a revisão da remuneração base mensal dos trabalhadores, garantido a diferença contratual entre níveis remuneratórios.

Por prestação de bom e efetivo serviço procedeu-se à progressão na carreira de 1 ajudante de ação direta de 2ª para 1ª e de 1 técnica superior de animação sociocultural de 1ª para principal. E à atribuição de diuturnidades a 5 trabalhadores.

3. CONTAS

O resultado líquido previsto era 22 986,34 € positivos. O obtido atingiu 86 660,15 positivos.

As propostas de aplicação dos resultados são as seguintes:

1) Aplicar 4 333,01 € na Reserva legal, conforme art.º 12º do Regulamento da Cooperativa;

2) Aplicar 866,60 € na Reserva para educação cooperativa, conforme art.º 12º do Regulamento da Cooperativa;

3) Resultado transitado em 2020: 81 460,54 €;

4) Aplicar o resultado disponível para reembolso da Entrada Pecuniária requerida por cooperadores nos termos regulamentares, no total de 15 000 €;

5) Aplicar 66 460,54 € em provisões para compensar empréstimo bancário, conforme estabelecido no número 2 do art.º 15º do Regulamento da Cooperativa, e em provisões para investimentos de desenvolvimento ou de substituição.